

TRABALHO E ESCRITA: CULTO, CULTIVO E CULTURA¹

Work and writing: cult, cultivation and culture

SANTOS, Geraldo Márcio Alves dos²

RESUMO

Este artigo propõe analisar interfaces entre o trabalho e a escrita, mais especificadamente, no que concerne aos saberes produzidos, mobilizados e formalizados pelos trabalhadores no chão de fábrica. Busca-se, também, discutir a contradição entre a noção de escrita legitimada socialmente e outras formas de escrita e, em que medida, escola e mundo do trabalho interrogam o imbricamento entre trabalho e escrita.

Palavras-Chave: Trabalho e Educação; Cultura Escrita; Ergologia e ferramenteiro.

ABSTRACT

This article is going to analyze interfaces between the work and to written, more in what if it relates to you will know them produced, mobilized and formalized by the workers in the ground of factory. It seeks itself, also, discuss the contradiction between the notion of writing legitimized socially and other forms of writing and, in that measure, school and world of the work interrogate the relates between work and written.

Keywords: Work and education; Written culture; Ergology and toolmaker.

¹ Este texto foi elaborado para o II Workshop Formação e Produção Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à EJA, promovido pela FaE/UFMG e CEFET-MG.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: gema.santos@ufv.br.

INTRODUÇÃO

Abordar a relação entre o trabalho e a “cultura da escrita” nos coloca diante de um difícil desafio, uma vez colocados separadamente esses termos já constituiriam objetos de interesses diversos e vários campos do conhecimento. No âmbito desse texto, a complexidade é acrescida pelo pano de fundo da formação profissional integrada à EJA, portanto, trabalho, escrita e cultura aparecem articulados a problemática escolar.

Temos grandes motivações para debater essas questões, já que ao longo de nossa vivência como trabalhador no chão de fábrica, bem como em nossas atividades acadêmicas demos conta de que uma das facetas do saber operário manifesta-se na capacidade de lançar mão de formas variadas de escrita. Entretanto, a escola e outros segmentos sociais nem sempre reconheceram essa capacidade nos termos que entendemos em que deveria ocorrer.

Diante disso, se não bastasse a possibilidade de se ocultar a história de excepcionais seres humanos, portanto, um prejuízo direto para os protagonistas desses saberes, há, também, uma perda para a própria sociedade, pois se desperdiça um patrimônio de saberes valorosos que se colocam no, e para além, do trabalho, que dizem respeito a escola, ao meio ambiente e a produção científica e cultural, dentre outras coisas.

Todavia, no vácuo de nossas preocupações, temos o entendimento de que os trabalhadores por sua vez carecem de recursos de escrita que já são colocados em marcha por um grupo pequeno social, inclusive, organizado para excluir os trabalhadores do processo de direção e organização da sociedade e submetê-los mais ainda a exploração de sua força de trabalho. Nesse sentido, reafirmamos como positivo e necessário o movimento dos trabalhadores para acessar os domínios de uma escrita que ainda não possuem, quaisquer que sejam os espaços utilizados (SANTOS, 2010). Em Gramsci, há uma ressalva sobre o valor político que o domínio da linguagem pode ter:

Se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdadeiro que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção de mundo. Quem fala somente o dialeto ou compreende a língua nacional em graus diversos participa necessariamente de uma intuição de mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada, anacrônica em relação às grandes correntes do pensamento que dominam história mundial (GRAMSCI, 1999, p. 95).

Esse debate, tradicional e caro ao campo Trabalho e Educação,³ recupera o dilema que é a escolarização de jovens e adultos trabalhadores, interroga o que a escola tem a aprender com as experiências do mundo do trabalho e, no âmbito deste texto, mais particularmente em relação à escrita, como e quais escritas os trabalhadores usam para produzir, mobilizar e formalizar os seus saberes no chão de fábrica e suas implicações para o debate educacional.

Ainda sobre a escolarização de jovens e adultos, não menos importante é conhecer os motivos dos trabalhadores que, mesmo portadores de ricos saberes, quando na escola tem dificuldades de se apropriar da escrita

³ Este campo tem como pressuposto a centralidade da categoria Trabalho, daí que, além de Gramsci, outros autores que tomam o materialismo histórico como referência são discutidos pelo campo. Na trilha desse pressuposto muitos educadores reafirmaram os vínculos entre as relações sociais e o fenômeno educativo (FRANCO e TREIN, 2003).

hegemônica⁴, um problema que pode resultar em uma barreira psíquica para os trabalhadores se manterem freqüentes na escola. Por diversas vezes, como estudante, ou como professor, vimos homens que são “gigantes” nas fábricas sentirem vergonha na hora de falar, ou escrever, por entenderem que não dispõem de “falas e escritas” aceitas na sala de aula.

Perante essa situação, a “distância” entre escola e mundo do trabalho provoca um duplo prejuízo social, de um lado empobrece a produção do conhecimento dos alunos freqüentes, portanto, da própria escola e, por outro, provoca a saída de alunos que não se sentem acolhidos. Neste caso, evasão e baixa produção do conhecimento são faces da mesma realidade.

Para discutir os vínculos entre trabalho e escrita⁵ nos valem de uma constatação de alguns autores do Campo Trabalho e Educação (FRIGOTTO, 2006, SAVIANI, 2006; SOUZA JUNIOR, 2010) que a partir dos escritos de Marx e Gramsci, tomam o trabalho na atualidade ainda com fortes traços de sua perspectiva ontológica. Daí, talvez, desnecessário dizer, contamos com o aporte da tradição marxista que reconhece que é pelo trabalho que o homem se humaniza.

É precisamente a relação entre homem e natureza o sentido primeiro do processo histórico, pois a natureza, embora exista anterior ao homem e independente dele, apenas adquire sentido quando colocado como objeto dos sentidos humanos, isto é, objeto de apropriação sensível em natureza transformadora (SOUZA JUNIOR, 2010, p.20).

Assim, o trabalho possui um sentido ontológico que distingue a espécie humana das demais, pois, por meio dele é garantida não somente a produção da vida, mas das próprias características que qualificam o humano, nele ficam claras as peculiares condições de objetivar e subjetivar a natureza e/ou de se fazer pela e nas relações sociais.

Como alerta Saviani (2006), o trabalho pode ser apreendido entre as características ontológicas e históricas. Ainda que o processo de trabalho capitalista possua características genéricas ao processo de trabalho em qualquer contexto histórico, ele guarda as marcas do ajuste social burguês. Portanto, diante da sua condição histórica, as características ontológicas do trabalho ficam subsumidas ao caráter da organização do trabalho no modo de produção capitalista (SAVIANI, 2006; FRIGOTTO, 2006; MARX 1975). Dessa análise decorre a afirmação de Marx (1978) de que o trabalho no modo de produção capitalista é alienado, corrompe a potência humanizadora do trabalho, embora não a elimine. Portanto, por uma questão histórica, apenas

⁴ Em diversas situações de convivência com os trabalhadores, seja no chão de fábrica, ou em pesquisas que participamos tomamos contato com dificuldades emocionais dos trabalhadores dadas pela percepção de que não tinham o domínio da escrita. Assim, por exemplo, no projeto Conexões de saberes (CUNHA *et al*, 2007), ouvimos dos trabalhadores falas do tipo: “nós falamos da nossa experiência, agora a gente quer aprender com vocês a escrever essa experiência”, ou então; “Para nós, a gente que é peão, é difícil admitir que não sabemos escrever direito, a gente não fala assim correto igual vocês”. É justo registrar que no desenvolvimento deste projeto diversos trabalhos foram feitos, sempre com a participação dos trabalhadores, a partir do qual foram manifestadas uma grande capacidade desses sujeitos em mobilizar domínios de escrita que já possuíam, mas, também, a apropriação de técnicas de escrita legitimadas pela escola.

⁵ Para evitar qualquer confusão com a perspectiva da afirmação da “sociedade da informação” em detrimento da sociedade do trabalho como expressão central da fábrica contemporânea. (ANTUNES, 2001). Demarcamos aqui nosso ponto de vista de que trabalho e escrita não se equivalem como categorias analíticas, tampouco, como expressão humana. Tomamos o trabalho categoria fundante do homem como ser social, inclusive, e, por isso mesmo, portador da qualidade de escrever.

uma parte da ontocriatividade humana é requerida no processo de trabalho capitalista.

Se, de um lado, essa análise parece uma constatação fatalista, do tipo de que o capitalismo iguala o homem aos seres de outras espécies, ou, então, sugere uma subordinação eterna do trabalho ao capital, por outro lado, essa possibilidade não corresponde aos diversos casos que ilustram que o objetivo burguês de exigir apenas uma parte da potência humana não se realiza na verdade. Diversas pesquisas apontam que o andamento do processo produtivo só ocorre por uma mobilização de saberes dos trabalhadores que escapam a prescrição da gerência. Logo, a prescrição da divisão do trabalho não ocorre de fato (SALERNO, 1994; CUNHA *et al*, 2007; SANTOS, 2004 e 2010). Mesmo em contextos produtivos com forte presença da ciência os trabalhadores são ainda os responsáveis pela produção (PLUIGGRÓS, 2004; SALERNO, 1994; SANTOS, 2004 e 2010).

Um outro viés, o da ergologia, também nos leva a preocupar com a relevância de uma escrita não hegemônica, uma vez que se está presente na atividade de trabalho, diz respeito a capacidade laborativa do homem e, por isso, já mereceria nossa atenção. Para Santos (2000), a ergologia preconiza uma postura ética e metodológica de não tratar como resíduo aquilo que escapa as tentativas de modelos antecipatórios. Neste caso, ousamos fazer uma indagação, em que medida o reconhecimento de um tipo de escrita, inclusive na escola, em detrimento de outros não estaria tratando como resíduo outras formas de escrita que não se ajustam aos “modelos hegemônicos”?

Tomando emprestado o ponto de vista da ergologia sobre a pertinência dos saberes oriundos da experiência no trabalho, podemos dizer que, em relação à “cultura escrita” no trabalho, o risco de tratar outras formas de escrita como resíduo pode decorrer de um peso exagerado conferido ao campo do conceito. Assim, a escola, ao valorizar a escrita “conceitual”, acaba por colocar outras formas de escrita em segundo plano, garante a manutenção de um campo de ignorância, não gera o “terceiro polo”, o dos saberes investidos e eticamente comprometidos com os sujeitos envolvidos, portanto, interroga uma tradição relativamente estável nas universidades e em outros de espaços sociais. Também, por se tratar de algo recente, as posturas metodológicas para articular conceito e experiência ainda restam por avançar.⁶

Do ponto de vista de uma possível articulação da produção acadêmica com o mundo do trabalho, o resgate dos saberes oriundos do chão de fábrica como

⁶ É possível vislumbrar algumas ações como preocupações semelhantes no Brasil. Citamos, como exemplo, um conjunto de ações do programa de Pós-Graduação da FaE/UFMG, em que um grupo de professores compartilham um acolhimento aos trabalhadores como sujeitos pesquisadores. Além de uma posição de respeito aos interesses e a capacidade da classe trabalhadora, assumem, também, a difícil tarefa de lidar com os passivos que estas pessoas carregam, seja na escrita, nas condições econômicas para se manter como aluno da Pós-Graduação, ou mesma as barreiras psicossociais em se projetar como mestres e/ou doutores. Cabe dizer que deles também ouvimos o reconhecimento de que eles também aprendem com os orientandos, os quais fazem o movimento de respeitar o campo de ignorância dos professores. Ousamos aventar que as dissertações e as teses são, com alguma medida, um ensaio para um “terceiro polo”, já que ao menos, colocam em contato a experiência e o conceito. É importante registrar preocupação semelhante no programa de Pós-Graduação na Universidade do Vale do Sinos – UNISINOS/RS. Também achamos justo apontar o respeito que nos foi dado no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense em nossa pesquisa de doutorado.

manifestação concreta da pertinência de outras possibilidades de escrita, acaba por favorecer sua inscrição como objeto de estudo. É mister lembrar que *uma realidade não existe* como “fato científico” até que tenha sido reconstruída no marco de uma teoria científica e de uma prática a ela correspondente (GODELIER, 1976, p.289). Logo, o interesse acadêmico pela relação trabalho e escrita pode ser entendido parte do processo de construção de uma contra hegemonia, obviamente, portadora dos interesses da classe trabalhadora.

Por outro lado, como veremos mais adiante, o próprio conceito é mais amplo do que o entendimento normalmente assumido de escrita. Nesse sentido, o ponto de vista da ergologia sobre a relação entre trabalho e escrita pode ser enriquecido pela abordagem do materialismo histórico, pois este referencial empenha uma crítica ao ajuste social dos “conceitos” no processo de trabalho capitalista. (ANTUNES, 2001; BRAVERMAN, 1987; SANTOS, 2004). Gramsci (1979), também, dá excepcionais indícios de como a necessidade de organizar o processo de trabalho, colocou para os capitalistas a necessidade de organizar a sociedade e ajustar socialmente o conhecimento.

TRABALHO E ESCRITA: O REAL E O PRESCRITO NO CHÃO DE FÁBRICA

A literatura (ARANHA, 1997; SANTOS, 2000; SANTOS, 1997; CUNHA *et al*, 2007; SALERNO, 1994, SANTOS, 2004 e 2010) que discute os saberes oriundos da experiência é consensual em apontar que o trabalho prescrito não é suficiente para garantir o andamento do processo produtivo, ou seja, daquilo que é o trabalho real. A prescrição é pobre até mesmo para antecipar o trabalho em definições teóricas, ou fórmulas matemáticas. O trabalho real demonstra que a produção só ocorre pela mobilização dos saberes dos trabalhadores (SANTOS, 2004 e 2010).

Ao ascender sobre o papel da escrita na mediação da produção de saberes no chão de fábrica é possível constatar que ela se dá para além de garantir o andamento da produção. Diversos casos ilustram que os trabalhadores mobilizam saberes para acessar a entrada em um coletivo social, para expressar os pontos de vistas, para dar vazão a criatividade, para garantir sua segurança física e emocional e para garantir a condição de empregado e mesmo para escapar ao controle do trabalho prescrito (SANTOS, 2004).

Neste sentido, os estudos sobre o processo de trabalho confirmam o princípio educativo do trabalho, já que a sua realização, ao mesmo tempo em que cobra dos homens a mobilização de certos saberes, lhe permite, também, a aquisição de outros saberes. Em outros termos, as situações de trabalho ilustram que os saberes investidos são em grande medida reelaborados para ser mobilizados, isso porque as situações nunca se repetem de forma igual, logo, o imponderável é presença constante no processo de trabalho. Sobre isso, há que se dizer, também, que o processo de trabalho não escapa à subjetividade do trabalhador, de forma que em situações semelhantes os trabalhadores respondem com soluções diferentes.

Daí, é possível inferir que a escrita media não só a produção de saberes, mas a própria relação social. De acordo com Collins *apud* Lima (1998), o saber está nas situações, no contexto em que se desenrola a ação, o seu lugar por excelência é o grupo social e não a cabeça de seus membros (COLLINS *apud* LIMA, 1998, p.144). Daniellou, Laville e Teiger (1989) apontam como

normal a socialização de saberes entre os trabalhadores. Vejamos o comentário de um ferramenteiro sobre os seus colegas e a presença de saberes no trabalho:

Tem coisa que você aprende sozinho, mas a ajuda do colega é importante demais. [...]. Na ferramentaria tem coisa que parece ser, mais não é, tem coisa que se você fizer igualzinho o desenho não vai funcionar. É por isso que a ajuda do colega faz a diferença. O cara chega e te fala: "Você tem que fazer um alívio aqui, se não acontece isso e isso...". Pois é, igual eu te falei, na ferramentaria por mais que você aprende sozinho, sem a ajuda de um cara experiente fica complicado (SANTOS, 2004, p. 125).

Sendo assim, interrogar a relação entre trabalho e cultura escrita favorece a apreensão do trabalho como expressão de um coletivo, mas de afirmação do sujeito. Em muitos casos os ferramenteiros disseram mobilizar os seus saberes para garantir para realizar um trabalho mais bonito, menos cansativo, ou mais confortáveis ao seu corpo. Nomeamos esse esforço dos ferramenteiros como "melhor jeito de trabalhar" (SANTOS, 2004, p.118). Segundo um ferramenteiro, "para mim, eu evito fazer força, por isso que eu penso mais pra ta executando esse trabalho. Para mim é menos força, que esse modo me garante um nível maior de acerto" (SANTOS, 2004, p.129). Já em outra fala, o melhor jeito combina menos esforço e, também, um apelo estético: "Um artesão não trabalha só porque tem que trabalhar, ele gosta de fazer aquilo, ele gosta de modelar aquilo, o ferramenteiro é um modelador. A ferramenta em construção é a cara do ferramenteiro, isso é dito na ferramentaria" (SANTOS, 2004, p. 130)

É quase impossível mapear a subjetividade no trabalho, ou em outra situação. Todavia, algumas características subjetivas são reveladas na mobilização de saberes no trabalho de modo a denunciar alguma peculiaridade do seu portador. Assim, por exemplo, a mobilização de saberes passa por um "saber usar o corpo", portanto, guarda uma particularidade que é da ordem do sujeito. Não se trata de um uso desprovido de articulação com outros saberes, mas, como no caso dos ferramenteiros, de uma complexa trama de recursos, cognitivos, instrumentais e escolares para um melhor uso do corpo na apreensão de um objeto.

Geralmente você olha a peça num plano horizontal, você consegue ver que a superfície está um pouco ondulada, quando a superfície está com o acabamento constante. O outro ponto é o horizontal, quando você enxerga a peça entre a curvatura e o plano, você não consegue ver isso. Quando você não consegue ver, você tem que sentir a peça, você vai passando a mão na superfície da peça, você sabe se ela está ondulada, se precisa de mais acabamento, e um raio, por exemplo, a gente chama de raio quebrado, é quando o raio tem quina, essa quina na verdade, nada mais é do que o encontro, aonde termina e onde começa o desenho do raio. Esse ponto tem que ter concordância exata no plano, se ele não tem concordância no plano ele vai ter quina, e essa quina você só observa no tato, você passa a mão e sente, opa, esse raio aqui está precisando ter um acabamento melhor (SANTOS, 2004, p.130).

Também, a própria história de vida de cada trabalhador dentro, ou fora da fábrica, impacta na apreensão que ele faz da realidade. Logo, o coletivo não é algo dado e por isso a única fonte de inspiração dos trabalhadores, ainda que nele repouse os melhores exemplos da "inteligência operária". Portanto, a interação entre o sujeito e o seu coletivo, é elemento central e mola mestra na pedagógica do trabalho. Esta é uma das marcas da força do trabalho como princípio educativo. Como dissera o próprio Marx, "o trabalho é um processo entre o homem e a natureza [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza" (MARX, 1985, p.149). Sendo assim,

podemos inferir que ao modificar a sua natureza, o homem, por meio do trabalho, modifica e reescreve o caráter pedagógico nas relações sociais.

Dessa forma, uma primeira preocupação de nossa parte é interrogar as interfaces entre trabalho e escrita e, em que medida, a partir dessa problematização compreender melhor a dimensão pedagógica do trabalho. Como já dissemos, não faremos uma recuperação teórica da relação trabalho e escrita, nos limitaremos aqui em buscar analisar alguns elementos empíricos em que a escrita aparece no e como trabalho. Certamente, dentre as várias mediações que atravessam a produção, a mobilização e a formalização de saberes pelos trabalhadores há um papel jogado pela escrita.

A escrita como um atributo humano dar-se pela própria dimensão social do trabalho, ao considerar que é pela sua inscrição em um determinado coletivo, pelas relações sociais que os homens exercem a potência humana. Para Sousa Junior, “a linguagem, por seu turno, aparece como mediadora tanto das relações dos homens entre si (relações subjetivas) como de suas ações relacionadas à transformação da natureza” (SOUSA JUNIOR, 2010, p. 21).

Uma das vias mais férteis para apreender a capacidade operária pode ser dada pela relação entre trabalho e escrita. Podemos dizer, sem muito exagero, que a escrita pode ser o próprio trabalho, podendo ser usada para a realização de um trabalho e, ainda, pode expressar um trabalho já realizado⁷. Também pode ocorrer uma articulação dessas três dimensões como, por exemplo, os relatórios dos mais diversos fins, as receitas médicas, o serviço de voz nos aeroportos, as placas usadas nas ruas, ou nas fábricas toyotistas. Neste caso, a presença da escrita, ao contrário da afirmação da “sociedade da informação”, indica que as placas e os sinais sem a presença humana são um objeto inanimado, um trabalho morto. Elas só existem porque são resultados do trabalho humano e, ademais, o sentido de sua existência é ser apropriada pelo homem.

Encontramos no mundo do trabalho variadas situações que ilustram a riqueza pedagógica do trabalho, inclusive, a capacidade de escrita dos trabalhadores. Verificamos que os ferramenteiros mobilizam diversos saberes para, além viabilizar a leitura de uma escrita prescritiva – o projeto da ferramenta – mas, também, conferir a esta escrita uma condição que escapa a limitação da linguagem do projeto.⁸

Os ferramenteiros, além de usarem seus saberes para complementarem a limitação física do desenho, também o usam para decompor os elementos mecânicos no projeto e recompô-los na totalidade que é a máquina. Esse movimento é virtual, ocorre somente na cabeça do ferramenteiro. Nomeamos esse recurso dos ferramenteiros como um **esforço de abstração**,⁹ que é, também, expressão de um empenho deles em associar a fala fragmentada de um colega com a totalidade que deve ser o resultado final de seu trabalho. O esforço para abstrair a movimentação da ferramenta, que até então é estática

⁷ Cabe ressaltar que fizemos uma apropriação de Nourouline (2002), em que esta diz que pode haver uma como trabalho, no trabalho e sobre o trabalho.

⁸ E daí, qual a importância desta questão? Primeiro, por se tratar de um desenho complexo com centenas de elementos mecânicos, o projeto de uma ferramenta, é de difícil apreensão. Segundo, o desenho, seja no papel, ou na tela do computador é estático, isto é fica parado e a ferramenta é uma máquina que se movimenta

⁹ Grifo nosso.

no desenho, pode colocar-se como um meio de estabelecer uma complexa forma de comunicação virtual com o trabalho prescrito, localizando suas lacunas e confrontando a concepção com a execução. Alguns ferramenteiros buscam simular um diálogo com quem concebeu o trabalho prescrito, qual seja, o projetista da ferramenta.

Quando você analisa bem o projeto, você já o tem em mente. Sem conhecer o projetista, você sabe o que ele já tá pensando, você já sabe o que ele pensou quando projetou aquela ferramenta. Por exemplo, um ferramenteiro me chamou sábado, porque ele não estava conseguindo entender uma coisa. Ele via aquilo no desenho, mas não conseguia imaginar aquilo funcionando, então foi a partir desse ponto que eu peguei e nós sentamos juntos, eu peguei e simulei, eu fui desenhando e imaginando. Neste ponto eu vi o que ele tinha projetado. Quando você projeta, você projeta as linhas e elas são paradas, então eu vi juntamente com ele, observamos aquela situação. Eu peguei e falei com ele: olha, o projetista ele pensou da seguinte forma: “essa cunha vai encostar no lado de cá, ela vai cortar do lado de cá”. Não necessariamente o desenho contou isso, mas foi olhando o desenho e imaginando, que só poderia considerar daquela forma, ou então não ia funcionar. O projetista tinha pensado de alguma forma, a gente ficou ali sentado uma meia hora, mas aí eu consegui entender o que ele realmente pensava. Ele pensava o funcionamento dessa forma e consultando outras pessoas, depois, para tirar as dúvidas, o pessoal da engenharia, a coisa é do jeito que a gente tinha imaginado (SANTOS, 2004, p.126).

Certamente, os trabalhadores mobilizam sua capacidade de escrita para além da produção, essa capacidade não escapa as contradições do mundo do trabalho. Portanto, a escrita, construída que é nas relações sociais, tem um caráter identitário para os trabalhadores, não por um acaso, muitas vezes ela ganha um caráter de resistência, sobretudo, porque escapam ao entendimento da gerência.

Nesse sentido, o mundo do trabalho inspira muitos exemplos de que a escrita dos trabalhadores expressa a potência humana de objetivar e subjetivar situações.¹⁰ Evidencia-se que é o trabalho a fonte de humanização do homem, inclusive, pela peculiaridade humana de, ao se associar em um coletivo para confrontar a natureza, produzir formas diversas de escritas.

Por essa trilha, ousamos indicar que a relação entre a “cultura da escrita” e trabalho é atravessada por uma possível tensão e entre um sentido antropológico e epistemológico conferido a categoria trabalho (SAVIANI, 2006; FRIGOTTO, 2006). Em uma perspectiva antropológica, temos a possibilidade de que a escrita cumpra, e se inscreva na perspectiva de um determinado costume, de uma prática e de uma tradição de um determinado grupo social. Ao se perseguir uma via epistemológica, a “cultura escrita” traz, dentre outras coisas, o entendimento da escrita como um tipo de saber. Com efeito, a escrita, ao tomar parte em um jogo político, diz respeito a uma hierarquização de saberes, logo, estabelece a legitimidade de um tipo de escrita em detrimento de outros existentes.

Na sociedade contemporânea, a inscrição da escrita em uma hierarquia de saberes traz, sem dúvida, a marca do ajuste social capitalista. Nesse sentido, a luz do materialismo histórico, podemos interrogar a relação entre trabalho e escrita com diversos enfoques, pela forma em que se insere como força de trabalho, como meio de trabalho, como mercadoria ou como técnica, como trabalho prescrito, como e no trabalho real.

¹⁰ Não buscaremos aqui um historicismo e, tampouco, um balanço sobre a primazia de certas formas de escrita.

Assim, por exemplo, a organização do processo de trabalho capitalista, ao se apropriar dos saberes dos trabalhadores acaba sendo atravessado com “escritas” que escapam a prescrição. Entretanto, o inverso também ocorre, pois o processo de trabalho capitalista é marcado por uma escrita que é de domínio da gerência e que pode escapar do domínio dos trabalhadores. É por essa via que acreditamos haver uma tensão entre trabalho e cultura escrita, possível desdobramento das tensões entre o trabalho escrito e o trabalho real, com efeito, da contradição do trabalho dado pelo confronto de seus aspectos ontológicos diante do ajuste social capitalista.

Os trabalhadores desenvolvem estratégias, por meio de uma escrita peculiar, para formalizar os seus saberes, é o caso, por exemplo, dos ferramenteiros (SANTOS, 2004). Nesta pesquisa de mestrado, apontamos que os ferramenteiros recorrem ao uso de registros, do tipo “diário de bordo” e de “croquis” para viabilizar a comunicação de seus saberes com seus colegas e, também, para conferir um grau de confiança. Logo, a escrita, seja qual for, está imbricada com a produção de saberes.

TRABALHO, CULTURA ESCRITA E SABERES: UMA PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Se, de um lado, somos críticos a educação para o trabalho nos marcos da tradição burguesa e, por isso, cerramos fileira pela defesa da “escola unitária”, por outro lado, ousamos dizer que a separação histórica entre trabalho e educação (SAVIANI, 2006) é um falso divórcio. Trata-se de um tema pantanoso, o qual nos obriga cuidar do uso das palavras a fim de não sugerir uma ignorância sobre os efeitos da divisão do trabalho. Mas aqui, o que gostaríamos de recuperar são as contradições do processo de trabalho capitalista como senhas para a formação profissional, inclusive, chamando atenção para a pouca apropriação que escola faz do mundo do trabalho

Aqui, a referência ergológica nos é duplamente útil, primeiro, porque indica que a complexidade que é o trabalho não permite que ele seja antecipado por modelos teóricos, segundo, é que, diante disso, aquilo que escapa aos modelos explicativos não podem ser tratados como resíduos. Portanto, munidos da mesma prevenção, inferimos que preocupação semelhante deve ser dedicada ao abordar a relação trabalho com a “cultura escrita”.

Trazemos a hipótese de que a tensão entre o aspecto ontológico e o histórico do trabalho repercute na relação entre trabalho e “cultura escrita, pois a escrita enquanto expressão da inteligência operária, manifestação de identidade e mediadora da produção de saberes é tratada como resíduo face ao trabalho prescrito, de um lado, por escapar aos modelos teóricos, mas, por outro, sem dúvida, por carregar a concepção de mundo dos trabalhadores.

Nesse sentido, o movimento de reconhecer o valor epistemológico, cultural, político e econômico se confronta com reducionismo do entendimento de escrita, ao menos aquele que é hegemônico. Mesmo se tratando do campo do conceito, o Dicionário Ferreira nos oferece uma noção de escrita mais ampliada do que a visão que é normalmente assumida na sociedade, aquela do tipo que em muitas situações dizemos “essa pessoa escreve tão bem!”. De acordo com este dicionário, dentre outras definições, a escrita pode ser “representação de palavras ou idéias por meios de sinais, com caracteres alfabéticos, ideográfica e musical [...]. Qualquer sistema mnemônico usado

para registrar mensagens, ou memória de acontecimento (FERREIRA, 1986, p. 691).

Portanto, por mais paradoxal que pareça, a escrita tomada no conceito ultrapassa o entendimento conservador assumido em certos seguimentos sociais, dentre eles a escola, que restringem a escrita ao domínio das normas gramaticais e de uma suposta erudição no manuseio de palavras pouco conhecidas. Esse engessamento coloca, então, a possibilidade de que a escrita reproduza o ajuste social dominante, afinal, como disse Marx, *as idéias dominantes são as idéias das classes dominantes*. Dessa forma, o sentido etimológico fica subsumido ao sentido semântico, portanto, sobre a escrita para o peso da história e o peso das relações sociais capitalistas.

Todavia, interessante indagar, em que medida a semântica sobre o entendimento de escrita reflete o movimento contraditório da história. Cunha (2010) destaca que a linguagem expressa tanto uma tentativa de controle social da produção, materializado na tentativa do trabalho prescrito de antecipar o trabalho real, mas, também, dá mostras da riqueza deste ao ponto de não ser facilmente normatizado pela linguagem.

Em outras palavras, acreditamos que para perceber a relação entre cultura escrita e trabalho em sua profundidade é necessário abordar pelos óculos da contradição, portanto, uma “cultura escrita” que afirma ontocriatividade do trabalho, mas, que expressa o processo de trabalho como produtor de valor de troca. Ao que parece, essa dupla condição do processo de trabalho de produtor de valor de uso e produtor valor de troca não é apropriada pela escola nas suas abordagens sobre a escrita.

CULTO E CULTIVO: TRABALHO E ESCRITA À GUIA DA CONCLUSÃO

Como dissemos, discutir a formação profissional pela relação entre o trabalho e “cultura escrita” nos apela para tomar a cultura pela tensão do sentido antropológico e epistemológico. Das variáveis que a “cultura escrita” pode ter no trabalho, tomamos a via pelo termo culto. No dicionário Ferreira (1986, p.508), esse termo pode ser tido como a forma pela qual se presta homenagem à divindade, uma cerimônia religiosa, veneração, respeito ou amor intenso. No chão de fábrica encontramos diversos casos que se aproximam de um culto à escrita, ou a um determinado tipo de escrita. Ainda que como uma hipótese, o culto à escrita expressa a tensão entre os aspectos antropológicos, os costumes e os de ordem epistemológica, da validade e pertinência de um saber, desvela um confronto entre os tipos de escritas e os respectivos lugares que ocupam no ambiente de trabalho.

Inicialmente, podemos dizer que distintas formas de escrita gozam de diferentes manifestações de respeito, de elogio ou de reconhecimento e/ou de desprezo. Dessa forma, tomar ciência das múltiplas escritas em uma mesma sociedade é saber que há uma multiplicidade de mediações para simbolizar a realidade. Em última instância, a despeito da existência dos “costumes em comum”, e da tentativa de uniformizar a classe trabalhadora, permanecem, por exemplo, estratégias construídas no interior de uma categoria profissional, ou de uma classe social. Assim, há, também, um culto à escrita com elementos identitários dos trabalhadores, relevantes porque pertencem a uma tradição e cimentam os elementos de classe, mas, também, porque dão vazão ao que é da ordem da subjetividade. Por isso, é

possível encontrar um culto a um tipo de escrita peculiar de um determinado sujeito.

No mundo do trabalho as diferentes formas de escrita, quando atravessadas pela abordagem epistemológica, colocam o conhecimento na articulação das relações de poder e dão pistas de como se constituem as hierarquias no processo de trabalho. Santos (1997 e 2000) alerta que o que confere legitimidade ao saber da gerência é sua formalização em padrões tidos como científico. Para Snelwar e Mascia (1998), “há um déficit semiótico que joga a favor do léxico de domínio da engenharia em detrimento do léxico de domínio dos trabalhadores”. Todavia, em nossa pesquisa de mestrado e de doutorado (SANTOS, 2004 e 2010), constatamos que os trabalhadores são capazes de elaborar estratégias para formalizar os seus saberes, ou seja, desenvolvem recursos para torná-los comunicáveis, verificáveis e aportá-los de confiança.

Do ponto de vista escolar, embora, a ergologia nos lembra que existem campos de ignorâncias mutuas entre o chamado campo do conceito e campo da experiência. Entretanto, essa premissa ergológica se coloca em uma outra zona de tensão, pois questiona legitimidade da hierarquia de saberes da sociedade capitalista, ou, ao menos, apontam que nesse campo coexiste cultura e incultura (SANTOS, 2000).

Conquanto que no plano político a ignorância “das classes dominantes” possa ser comemorada pelos trabalhadores, há uma contradição que cobra atitude dos trabalhadores e que nos leva gritar contra essa ignorância, pois pela sua condição hegemônica, a classe dominante dispõe de mais recursos materiais e simbólicos para eleger um tipo de escrita em detrimento de outros. Nesse sentido, a escrita como um culto demarca para os trabalhadores a necessidade de apreender a escrita que lhe escapa sem perder de horizonte a existência de outras formas de apreender a realidade, portanto, sem abrir mão das possibilidades que a escrita de seu domínio lhe oferece.

Diante disso, se a escola cultua a escrita hegemônica, ignora e, muitas vezes, reprime outras formas de escrita, ela não faz outra coisa do que a divisão do trabalho, portanto, na mesma ignorância da gerência que passa ao largo de outros cultos a escrita não contemplados pela divisão do trabalho. Assumindo essa postura, a escola reproduz com prejuízo e atraso a organização do processo de trabalho capitalista, já que este vem desenvolvendo estratégias de apropriação da “escrita” operária (SANTOS, 2004 e 2010). Trata-se de um estreitamento, pois, nesse caso, a escola não incorpora nem a dimensão coletiva, a qual todos os saberes possuem e, tampouco, absorve os aspectos subjetivos que marcam os diversos cultos a escrita. Ferramenteiros e Paulo Freire (1995) coincidem em uma observação, a escrita, qual for, se dá por uma racionalidade, mas, também, pela emoção, memória, tradição e no interior das relações sociais.

Um outro viés da relação trabalho e cultura escrita se vincula ao objetivo de produzir. Segundo Ferreira, cultivo pode ser “desenvolver, aperfeiçoar, Preparar e cuidar da terra para que se produza. Dedicar-se a. Aplicar ao desenvolvimento de [...] (FERREIRA, 1986, p.508). Nesse sentido, a cultura escrita está colada diretamente, ou diretamente, a produção humana. Em outros termos, a escrita pode ser resultado de um trabalho, ou/e mesmo ser usada para se realizar um trabalho.

Pela perspectiva do materialismo histórico, tomar a escrita como um trabalho nos permite indagar, a relação do homem com os meios de trabalho e objeto de trabalho. Daí, corroboramos, tal como em Antunes (2001), que não corresponde com a realidade a possibilidade de que o trabalho perde centralidade para a linguagem. Como sabemos, esse pressuposto tem como um de seus principais aportes, a idéia de que o saber dos trabalhadores perdeu para a ciência da informação a centralidade no processo produtivo.

De fato, a ciência se apropriou, sistematizou e monopoliza um enorme acervo de saberes que são mobilizados no processo de trabalho. Entretanto, a medida que esses saberes estão fisicamente depositados nas máquinas, eles são, ainda que mais sofisticados, o trabalho morto descrito por Marx (1985), já que sem a presença humana ele é algo inanimado, um trabalho morto.

A despeito do imponderável nas situações de trabalho, podemos dizer que impossibilidade de antecipar o trabalho é dada por outras questões. Para acrescer nossa defesa, a literatura aponta que em diversos processos produtivos, aparatos sofisticados cientificamente convivem como formas, ou práticas dependentes da experiência e dos saberes dos trabalhadores. (SALERNO, 1994; SANTOS, 2004 e 2010; PLUIGGRÓS, 2006). No vácuo dessa observação, muitas vezes o uso da maquinaria, aportada ou não das “novas tecnologias”, não é capaz de realizar certos trabalhos que os trabalhadores fazem manualmente, em força e em qualidade. É verdade que o inverso também ocorre.

Considerando que a escrita como cultivo recupera o valor das relações sociais na produção da existência humana e, se trabalhar é transformar a natureza e transformar a si próprio, Marx (1985), é possível afirmar que a escrita cumpre papel na transformação da natureza e do próprio homem. Portanto, se o próprio processo de trabalho capitalista incorpora, a sua maneira e dosado pelos seus interesses, a escrita no trabalho, uma reflexão progressista sobre a formação profissional deve incluir em sua pauta o debate sobre a relação entre trabalho e escrita.

Por fim, ousamos dizer que pelo interesse dos trabalhadores, a formação profissional, ao ampliar a noção de escrita e não prescindir de oferecer os termos em que ela é hegemônica não instaura um dilema, mas, sim, uma contradição necessária para colocar em outro patamar a capacidade dos trabalhadores, isto é, produzir, compartilhar e usufruir de sua própria produção. Para o mundo da escola, o mundo do trabalho deixa inúmeros exemplos de que não se pode tratar como resíduo uma escrita que escapa ao modelo hegemônico. Os saberes dos trabalhadores ilustram a capacidade humana de objetivação e subjetivação, se articula as relações sociais, ao domínio pelo homem da natureza e da sua própria natureza, a produção da técnica, da tecnologia, das artes e da ciência. Daí, assumir apenas um tipo de escrita é tentar modelar aquilo que não é modelável, a capacidade humana. Nesse caso, a formação pelo e no trabalho revela-se como uma pedagogia a favor da humanização.

REFERÊNCIAS

ARANHA, A. V. S. O conhecimento tácito e qualificação do trabalhador. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, NETE/FaE/UFMG, n.2, p.13-29, ago./dez.1997.

CUNHA, DAISY *et al* (orgs.). **Trabalho**: minas de saberes e valores. Belo Horizonte: NETE/FaE/UFMG, 2007.

- CUNHA, Daisy Moreira . Problemas de trabalho, problemas de linguagem? **Educação e Realidade**, n.35, p. 49-64, jan/abr 2010.
- DANIELLOU, F; LAVILLE, A; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.17, n.68, p.7-13, out./dez.1989.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FREIRE, PAULO. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1995.
- FRANCO, M. C & TREIN, E. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**, n.24. set./dez.2003.
- FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação Trabalho e Educação no Brasil. In: LIMA, J. C. F; NEVES, L, M. W. (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPJSV, 2006.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. **Cadernos do cárcere**, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Maquiavel, a Política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LIMA, F. P. A; SILVA, C. D. **A objetivação do saber prático na concepção de sistemas especialistas**: das regras formais às situações da ação. Belo Horizonte, 1998. (Mimeo).
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural. V I, II e III, 1985.
- _____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Porto: Publicações escorpião, 1975.
- NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA e SILVA *et al.* **Linguagem e Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.
- Pluiggrós, A *et al.* **La fábrica del conocimiento**. Los saberes socialmente produtivos en América Latina. Rosário: Homo Sapiens, 2004.
- SALERNO, M. S. Trabalho e organização na empresa industrial integrada e flexível. In: FERRETI, C. J. *et al.* (orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SANTOS, E. H. Ciência e cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, NETE/FaE/UFMG, n.7, p.119-130, jul./dez.2000.
- SANTOS, E. H. Trabalho prescrito e real no atual mundo do trabalho. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, NETE/FaE/UFMG, n.1, p.13-27, fev./jul.1997.
- SANTOS, Geraldo Márcio Alves dos. **A pedagogia da ferramenta**: estratégias de produção, mobilização e formalização de saberes tácitos criadas pelos ferramenteiros de uma indústria metalúrgica. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Geraldo Márcio Alves. **Pacto para viver**: a mobilização de saberes na produção associada, gestão e organização do processo de trabalho e maquinaria em uma indústria metalúrgica. Rio de Janeiro: UFF, 2010. (Tese de Doutorado).
- SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29, Caxambu, 2006. **GT Trabalho e Educação**. Caxambu: ANPED, 2006.
- SOUZA JUNIOR, Justino. **Marx e a crítica da Educação**: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. Aparecida: Idéias e Letras, 2010.
- SNELWAR, L. I. e MASCIA, F. L. A inteligência (não reconhecida) do trabalho. In: ARBIX, G; ZILBOVICIUS. **De JK a FHC**: a reinvenção dos carros. São Paulo: Scritta, 1997.